

Divida Ext

O governo, será que começou a recuar?

Paulo Nogueira
Batista Jr. *



Na semana passada, a ministra da Economia assinou uma carta de intenções ao FMI e anunciou os termos de um "virtual acordo" com aquela instituição. Nem sempre é fácil perceber a tendência de uma negociação em curso. Neste caso, entretanto, um certo enfraquecimento da posição brasileira parece bastante claro.

O governo Collor, que não deu demonstrações de hesitação ou timidez quando se tratou de confiscar a liquidez da caderneta de poupança e dos demais ativos financeiros, de produzir recessão e desemprego e de cortar os salários reais, estaria agora emitindo sinais de que pretende aceitar as "regras do jogo" em matéria de dívida externa?

Até recentemente, repetidas declarações de representantes do Ministério da Economia vinham informando-nos de que o tratamento da questão externa seguiria o seguinte roteiro: primeiro se faria um acordo com o FMI, em seguida um outro com o Clube de Paris (agências governamentais) e, finalmente, uma negociação com os bancos privados. Afirmava-se, também, que o programa com o Fundo seria "desvinculado" da negociação com os bancos privados. Sustentava-se, corretamente, que os atrasados seriam tratados no bojo da negociação com os credores e que não haveria retomada dos pagamentos suspensos antes da conclusão de um acordo. Questionava-se, ainda, o papel do comitê bancário como instância de negociação, tendo em vista os resultados desfavoráveis colhidos pelo Brasil e por outros países que foram obrigados a aceitá-lo como interlocutor no processo de reestruturação das suas dívidas com bancos comerciais nos últimos anos.

A primeira rodada de entendimentos com o Fundo Monetário Internacional parece ter sido suficiente para abalar algumas posições do governo. Para que o diretor-gerente do Fundo concordasse em encaminhar o programa brasileiro à consideração da sua diretoria, supostamente na segunda quinzena de outubro, o governo Collor aceitou iniciar negociações com o Clube de Paris e com os bancos privados em fins de setembro ou início de outubro, portanto antes de a carta de intenções ser submetida aos diretores do Fundo.

Isso significa basicamente que o Brasil será obrigado a "mostrar as suas cartas" antes de obter o aval do FMI. A apresentação pelo Brasil de uma proposta considerada pouco "construtiva" pelos credores, isto é, que não possa ser enquadrada dentro do figurino tradicional, poderá colocar em risco a aprovação do programa brasileiro pela diretoria do Fundo. O mesmo poderá acontecer se o governo brasileiro tentar questionar seriamente as rotinas e os procedimentos habituais da negociação, todos eles concebidos para favorecer a parte credora.

As negociações recentes entre o Brasil e o FMI demonstraram, mais uma vez, que esta instituição ainda não está preparada

para abandonar a função de "departamento de cobrança" dos bancos privados. Durante a maior parte dos anos 80, o Fundo desempenhou esse papel (ou papelão) sem amparo nos seus estatutos, com fortes prejuízos para os países que a ele recorreram. O FMI não mudou. A pretendida "desvinculação" revelou-se uma ilusão. Outra ilusão seria imaginar que não há risco de sérias dificuldades durante a execução do acordo, se este vier a ser aprovado. A verdade é que o programa foi montado de forma a permitir a interferência praticamente contínua do Fundo ao longo dos próximos meses, o que representará um constrangimento importante no encaminhamento da questão da dívida externa.

Quanto ao problema dos atrasados, o próprio texto da carta de intenções parece indicar um recuo do governo brasileiro, na medida em que abre a possibilidade de que o Brasil venha a efetuar pagamentos parciais durante o processo de negociação. Mais preocupante é o anúncio de que o governo começará a provisionar parte das reservas com vistas à retomada dos pagamentos.

Já vimos este filme. Foi exatamente assim, com propostas de provisionamento e contas bloqueadas no BIS (Banco para Compensações Internacionais), que os credores começaram a encurralar o governo brasileiro e a preparar o terreno para a suspensão prematura da moratória, a partir de fins de 1987.

Outro fato significativo é a decisão de negociar com o "comitê assessor", uma espécie de cartel presidido pelo Citicorp e dominado por grandes bancos norte-americanos. Isso parece indicar que o governo brasileiro abriu mão de questionar previamente as próprias condições da negociação, que são altamente desfavoráveis ao devedor.

Pergunta-se: as negociações continuarão a se realizar no terreno do adversário, em Nova York e nos escritórios da firma de advocacia que há mais de cem anos presta serviços ao Citicorp? Os grandes bancos norte-americanos, que são freqüentemente os mais intransigentes, continuarão a se apresentar no comitê? O governo brasileiro continuará a custear as despesas dos bancos, nossos supostos assessores? Espero que não seja somente para salvar a face que o governo brasileiro ainda mencione a intenção de buscar algumas alterações na composição e na forma de funcionamento desse comitê.

Enfim, o governo parece estar sendo progressivamente envolvido no processo tradicional de tratamento da dívida externa. Gestos de boa vontade e atitudes "construtivas" e "positivas" serão interpretados como sintoma de fraqueza ou indecisão, levando a novas e crescentes exigências por parte dos credores externos. E a menos que o governo decida mudar de rumo em algum momento, o final desse filme já é conhecido e não é feliz: acordos essencialmente semelhantes aos do México e da Venezuela, maiores transferências líquidas aos credores e agravamento da crise econômica brasileira.

* Chefe do Centro de Análise de Políticas Macroeconômicas do Instituto de Economia do Setor Público da Fundap e professor da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo.